UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA

Homero Costa Gondim

Minas Gerais como retrato de Brasil: Uma análise comparada do eleitorado mineiro e brasileiro

Minas Gerais como retrato de Brasil: Uma análise comparada do eleitorado mineiro e brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Felipe Nunes

Minas Gerais como retrato de Brasil: Uma análise comparada do eleitorado mineiro e brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Felipe Nunes

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Felipe Nunes dos Santos(Orientador - UFMG)

Profa. Dra. Isabele Batista Mitozo (UFMG)

Belo Horizonte 2023

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a minha mãe, Marcélia, que sempre fez tudo por mim e nunca mediu esforços para eu ter sempre uma educação de qualidade. Desde os primeiros anos de escola, onde ela estimulava meu interesse e minha curiosidade de várias maneiras diferentes. Mais tarde, no CEFET-MG, que só me inscrevi por causa da influência e conselho dela, e por fim naquela instituição que sempre foi o nosso sonho, a UFMG.

Agradeço ao meu pai, Wellington, por sempre ter sido um pai presente no meu percurso e por sempre ter se esforçado tanto para custear as escolas que estudei e todas as demais despesas. Por ter me feito atleticano, fator que me ensinou desde cedo a nunca desistir frente às decepções e aos desafios que parecessem mais improváveis. Sua história de vida e tudo que me ensinou ajudaram a forjar o meu caráter.

Tenho que agradecer também aos meus demais familiares, que sonharam tudo junto comigo e ajudaram de diferentes maneiras nessa trajetória. Minha madrinha Jaqueline, minha tia Sandra, meu avô Marcolino e minha avó Célia, minha avó Maria Arlette e meu finado avô Homero, que mesmo sem estar presente me concedeu este nome.

Agradeço grandemente a todas professoras e professores que participaram da minha formação desde os primeiros anos no Colégio São Judas Tadeu. Lá, relembro o nome das minhas cinco primeiras professoras: Valéria, Juliana, Maria, Rosália e Marlena, já que elas foram fundamentais para a base que eu precisaria nos anos seguintes. A todos professores do meu período no Colégio Santo Agostinho, pela grande importância que tiveram na minha formação como cidadão e ser humano, notadamente Márcio, Inez, Claudimar e Antônia. Aos professores e servidores do CEFET-MG, que abriram meus horizontes e me deram a oportunidade de ter uma educação gratuita de qualidade quando minha família precisava. Estendo os agradecimentos até mesmo aos políticos, técnicos e burocratas que tiveram importância na criação do Cefet Campus Contagem, a defesa da educação pública é uma bandeira que levo para toda a vida.

Um agradecimento especial aos grandes professores da UFMG que me deram aula e ampliaram ainda mais minhas perspectivas em todos esses anos na universidade, inclusive passando por uma pandemia global que trouxe muitos desafios para lecionar. Superamos esse período e nos tornamos pessoas mais preparadas para o futuro. Ao meu orientador Felipe Nunes, pela disposição e inspiração.

Agradeço também aos queridos Luiz Gustavo Moura e Valéria Moreira, que me deram a oportunidade de trabalhar na Prefeitura de Contagem, minha cidade-natal. Por sempre agregarem tanto profissionalmente e também culturalmente. Obrigado por entenderem os desafios que eu enfrentava nessa reta final de graduação.

Por fim, agradeço a todos meus amigos que me apoiaram sempre nos momentos difíceis dessa caminhada, servindo como motivação, aconselhamento e distração quando a ansiedade tomava conta. Especialmente Mariana Elisa, Matheus Marcondes, Denis Fernandes, Daniela Barbosa, Luana Gontijo, Gabriel Miranda e Henrique Zazá.

Resumo

Esse trabalho aborda a teoria do voto econômico e procura relacionar o perfil do eleitorado mineiro e do eleitorado brasileiro para traçar comparações e concluir se semelhanças socioeconômicas explicariam os resultados eleitorais correspondentes ao longo do tempo. Utilizou-se dados de indicadores econômicos e sociais, que relacionados com a bibliografia especializada, trouxeram conclusões diversas sobre o comportamento eleitoral. Os perfis econômicos do eleitorado mineiro e brasileiro demonstram certo grau de correspondência. Já quanto aos parâmetros demográficos, não é possível aferir tanta relação assim.

Palavras-chave: Eleições. Voto Econômico. População. Economia. Demografia.

Abstract

This paper addresses the theory of the economic vote and seeks to relate the profile of Minas Gerais electorate and the Brazilian electorate drawing comparisons and concluding if socioeconomic similarities would explain the corresponding electoral results over time. Data from economic and social indicators were used, which, related to specialized bibliography, brought different conclusions on electoral behavior. The specific profiles of the Minas Gerais and Brazil voters demonstrate a certain degree of correspondence. But it was not possible to find much of the relations on demographic parameters.

Keywords: Elections. Economic Vote. Population. Economy. Demographics.

LISTA DE TABELAS

| Tabela 1 - Vencedores das eleições presidenciais no Brasil e em Minas Gerais e a |
|--|
| diferença entre os percentuais, 1989 - 202217 |
| Tabela 2 - Número de beneficiários do Bolsa Família por estado, 202324 |
| Tabela 3 - PIB per capita por unidade federativa |
| Tabela 4 - Coeficiente de Gini por unidade federativa |
| Tabela 5 - Faixas de renda da população por estado |
| Tabela 6 - Faixas etárias dos eleitores brasileiros e dos mineiros |
| Tabela 7 - Faixas etárias dos eleitores brasileiros e baianos, 202233 |
| Tabela 8 - Faixas etárias dos eleitores de Mato Grosso e Santa Catarina em |
| comparação ao eleitorado brasileiro, 202234 |
| Tabela 9 - Taxa de urbanização dos estados brasileiros |
| Tabela 10 - Grau de Instrução do eleitorado brasileiro, mineiro e baiano37 |
| Tabela 11 - Grau de Instrução do eleitorado brasileiro, catarinense e matogrossense 38 |

LISTA DE GRÁFICOS

| Gráfico 1 - Crescimento econômico por ano - 2013 a 2019 | 18 |
|---|----|
| | |
| Gráfico 2 - Pessoas de 15 anos ou mais por classes de rendimento mensal | 28 |

SUMÁRIO

| Introdução | 11 |
|---|------|
| Capítulo 1 - O voto no Brasil e em Minas Gerais | 14 |
| Capítulo 2 - A economia Mineira e Brasileira | 22 |
| Capítulo 3 - O Perfil Demográfico do Eleitorado | 30 |
| Considerações Finais | 40 |
| Referências | . 42 |

INTRODUÇÃO

A frase "Do Oiapoque ao Chuí" costuma referenciar o tamanho continental e a diversidade única do Brasil. Em Minas Gerais, eu diria que algo parecido com Chuí pode ser visitado em Maria da Fé, cidade mais fria do Estado, e Oiapoque, nos corredores do maior shopping popular da capital mineira.

Minas Gerais sempre teve grande importância nos rumos do país. Começou no ciclo do Ouro, com a ocupação do interior da colônia e a sua transformação em grande vetor de desenvolvimento econômico. Mais tarde, a Inconfidência Mineira trouxe imensa representatividade na luta anticolonial e, com o advento da proclamação da república, Minas dominou o cenário político nacional junto aos paulistas na chamada República do Café com Leite. Lar de dez presidentes da república, é o estado com mais chefes do executivo. São dez presidentes mineiros na história, frente a sete paulistas e sete gaúchos.

Todavia, esse protagonismo não se limita aos livros de história. Dona do segundo maior colégio eleitoral do país, com mais de 16 milhões de eleitores (2022), Minas Gerais representa, sozinha, mais de 10% do eleitorado brasileiro. Após a redemocratização, uma coincidência contumaz costuma vir à tona nos debates pós-eleições presidenciais: os candidatos a presidente que vencem em Minas Gerais, vencem também a eleição nacional.

Esse trabalho pretende responder à seguinte pergunta: os resultados eleitorais das eleições presidenciais em Minas Gerais desde a redemocratização correspondem consistentemente aos resultados alcançados nacionalmente? Se sim, quais os prováveis motivos que explicariam isso?

No estudo da ciência política, essa pesquisa se revela importante para ampliar o entendimento sobre o eleitor brasileiro e sobre as nuances da política nacional no âmbito das unidades federativas. Traçar o perfil dos eleitores mineiros e brasileiros, ao procurar encontrar padrões no comportamento eleitoral, pode ser de suma importância para campanhas políticas ou até mesmo para institutos de pesquisa realizarem recortes específicos em seus levantamentos de opinião pública, podendo, ainda, fundamentar análises político-estatísticas empreendidas por meios

de comunicação com base nessas pesquisas eleitorais e trazer ao cidadão, novas perspectivas diferentes sobre a política nacional.

Levantamos duas hipóteses para responder a pergunta da pesquisa: Primeiro, que a economia de Minas Gerais tem parâmetros e distribuição semelhantes à economia nacional em comparação aos outros estados. Segundo, que o perfil demográfico do eleitorado mineiro médio seria bem próximo do eleitor brasileiro médio.

A partir daí, nós vamos realizar uma contextualização histórica e comparação dos resultados eleitorais para analisar qual o nível de correspondência dos resultados eleitorais ao longo do tempo. Iremos relacionar a bibliografia de voto econômico com os dados referentes à economia mineira e brasileira. Mais adiante, voltaremos o foco aos parâmetros demográficos do eleitorado para traçar comparações históricas. Para facilitar o levantamento, em alguns momentos utilizamos parâmetros referentes a quatro estados da federação escolhidos por seus diferentes perfis e por serem de diferentes regiões. Em outros pontos, analisamos todos os 26 estados da federação e o Distrito Federal. Esse trabalho não tem pretensão de explicar definitivamente as motivações por trás dos resultados eleitorais, já que nessa seara há incontáveis variáveis e contextos diferentes para se aferir. O objetivo central é testar as hipóteses e discorrer sobre suas possíveis influências no voto dos eleitores.

Dessa forma, no primeiro capítulo, abordaremos a bibliografia especializada sobre voto econômico para um melhor entendimento do assunto e realizaremos a comparação histórica dos resultados de todas as eleições presidenciais brasileiras desde 1989 com seus respectivos resultados em Minas Gerais. Isso pretende responder parte da pergunta central do trabalho.

No segundo capítulo, analisaremos diversos parâmetros econômicos de Minas Gerais e de diferentes estados, comparando com os dados brasileiros para assim fundamentar a primeira hipótese apresentada. Com todas essas informações em mãos, procuramos aferir se Minas Gerais tem um padrão econômico parecido ao nacional e se isso levaria seus eleitores a se comportarem de maneira semelhante. Neste capítulo serão compilados dados referentes ao PIB per capita, ao Coeficiente

de Gini, número de beneficiários do Bolsa Família e análise dos patamares de renda da população.

Já no terceiro capítulo, o nosso foco se voltará para dados relativos ao perfil demográfico da população. Com aspectos como nível de escolaridade, taxa de urbanização e faixa etária sendo analisados. Assim, pretendemos testar a segunda hipótese do trabalho, de que o perfil demográfico do eleitor mineiro seria próximo ao do brasileiro. Nesta seção, serão utilizados dados do próprio TSE(Tribunal Superior Eleitoral), assim como o Censo de 2022.

Com tudo isso em perspectiva, esperamos responder a pergunta de pesquisa e testar as respectivas hipóteses com a análise dos perfis econômicos e das características demográficas da população, para assim, ajudar na explicação da correlação entre os resultados nos pleitos presidenciais no âmbito estadual e no âmbito federal ao longo do tempo.

CAPÍTULO 1 - O VOTO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

O voto é um elemento central dos sistemas democráticos e desempenha um papel fundamental na formação e manutenção dos governos. O estudo das motivações por trás do voto dos eleitores é uma área muito estudada da ciência política que busca compreender como as pessoas fazem suas escolhas políticas. Neste capítulo, vamos explorar as diversas motivações que influenciam a escolha do voto dos eleitores e procurar relacionar com os resultados das eleições em Minas Gerais e no Brasil.

Em seu livro "Uma Teoria Econômica da Democracia", Anthony Downs (1957) fundamentou a teoria do voto econômico. Ele argumentou que, em um sistema democrático, os eleitores atuam de maneira racional na política e tendem a votar de forma a maximizar seus próprios interesses. Esses interesses, no modelo de Downs, foram chamados de Renda de Utilidade, e englobaria todos os benefícios provenientes da atividade governamental percebidos pelo eleitor individual. Nessa variável, entraria as realizações dos governos e os impactos das políticas públicas na atividade econômica privada e na vida dos cidadãos.

Downs parte do pressuposto que todo governo procuraria maximizar o seu apoio político, e para isso, os governos executam os atos de gastos que ganham a maior quantidade de votos por meio daqueles atos de financiamento que perdem a menor quantidade de votos. Para a oposição, caberia criticar as políticas e propor soluções diferentes das apresentadas. Duas outras teorias fundamentais abordam essa relação entre promessas e realizações: a teoria do Voto Prospectivo e a do Voto Retrospectivo.

O Voto Retrospectivo sugere que os eleitores tomam decisões de voto com base no desempenho passado dos candidatos ou do partido no poder. Os eleitores avaliam as realizações econômicas, sociais e políticas do governo incumbente, bem como a capacidade dos candidatos da oposição de oferecer alternativas viáveis. Segundo essa teoria, os eleitores agem como um "auditor retrospectivo" que avalia se os atuais tomadores de decisão cumpriram suas promessas passadas. Os eleitores utilizam o desempenho econômico recente e outros fatores para julgar a

eficácia dos governos e determinar se merecem ou não se perpetuar no poder (KEY, 1966; LANOUE, 1994).

Por outro lado, a teoria do Voto Prospectivo, também conhecido como "voto orientado para o futuro", parte do princípio de que os eleitores baseiam suas decisões de voto nas expectativas em relação ao desempenho futuro dos candidatos em relação às políticas econômicas e questões relevantes. De acordo com essa teoria, os eleitores avaliam como os candidatos provavelmente se portarão no mandato e como suas políticas vão impactar a sociedade e a economia. Essa perspectiva implica que os eleitores fazem escolhas eleitorais com base em suas esperanças e temores em relação às propostas dos candidatos e o que esperam do futuro, para si ou para a sociedade. (KEY, 1966; LANOUE, 1994).

Lanoue (1994) traz quatro variáveis que seriam indicadas para avaliar a postura dos cidadãos frente ao voto nas eleições presidenciais. A carteira prospectiva, a carteira retrospectiva, o sociotrópico prospectivo e o sociotrópico retrospectivo. A primeira seria a busca do eleitor por uma perspectiva particular futura de desempenho econômico. A segunda, se basearia nas avaliações do desempenho econômico prévio do indivíduo. Já o sociotrópico prospectivo e o sociotrópico retrospectivo, trariam percepções das coletividades da sociedade para além das expectativas particulares, novamente nessa linha tênue entre as perspectivas futuras e os resultados previamente alcançados.

Já Lockerbie(1991) faz um contraponto dessas ideias. Para ele, dois problemas invalidaram essas teorias. Primeiro, que muitos eleitores não atribuíam as mudanças econômicas às ações do governo federal. E segundo que num nível pessoal, isso se relacionava menos ainda. Com eleitores não dando crédito aos governantes quando melhoraram seu patrimônio particular. Lockerbie pontua ainda que o tradicional pensamento retrospectivo pode ser um indicador enganoso da atitude dos eleitores. Por exemplo, se usamos a lógica retrospectiva, espera-se eleitores que avaliam bem a economia e tem boas perspectivas para o futuro apoiem o partido governante. Mas isso nem sempre acontece, como em alguns casos apresentados, onde pessoas votam em governos que avaliam mal por medo ou desconfiança maior dos adversários.

Entre estudiosos do comportamento eleitoral, há também uma discussão bem persistente sobre o voto econômico derivar ou não da perspectiva da escolha racional, como proposto por Downs (1957). Segundo a visão de Downs, eleitores mais versados em assuntos políticos estariam mais inclinados a orientar seus votos com base nas tendências econômicas. Em contraste a essa proposição, Key (1966), na sua análise das eleições presidenciais nos Estados Unidos entre 1936 e 1960, não estabelece uma relação direta entre o nível de sofisticação política do eleitor e a preferência política influenciada pelo desempenho econômico dos governos. Para Key, mesmo sem um elevado conhecimento político, o eleitorado seria capaz de recompensar ou punir os governos com base em seus resultados econômicos.

Quando analisamos a literatura brasileira, diversos achados sustentam a tese de que a orientação do eleitorado no país está vinculada ao voto econômico. No artigo "Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco" (Mendes; Venturi, 1994), uma análise embasada em dados provenientes de pesquisas de opinião revelam que a avaliação positiva do Plano Real, empreendido por Fernando Henrique Cardoso enquanto Ministro da Fazenda durante o governo de Itamar Franco, desempenhou um papel crucial na tomada de decisão dos eleitores para que ele vencesse o até então favorito Lula no pleito. Já outros trabalhos também associam o desempenho econômico ao resultado das eleições seguintes. (CAMARGOS, 1999 apud PEREIRA, 2012).

Outra associação comum feita por acadêmicos brasileiros é a relação entre as políticas públicas de transferência de renda nacionais e seus impactos nas eleições ao longo do tempo. Foi constatada uma nítida diferença de opiniões e atitudes em relação à figura do Presidente da República e ao governo federal entre os comportamentos de beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família, o mais longevo dos programas desta natureza. Onde os beneficiários votam e avaliam o governo federal e o trabalho do Presidente de uma forma mais positiva do que os não beneficiários (LICIO; RENNÓ; CASTRO, 2009). Outros trabalhos também compararam resultados de pleitos diferentes e a relação entre as votações dos candidatos e as regiões onde mais pessoas foram favorecidas pelas políticas de transferência de renda (NICOLAU; PEIXOTO, 2007).

Essas teorias fundamentam o nosso entendimento da relação do eleitor com o voto e a compreensão delas é fundamental para analisar o histórico das eleições presidenciais brasileiras no contexto estudado. No período, houveram nove eleições presidenciais no Brasil desde o processo de redemocratização. Conforme o levantamento abaixo, em todas elas, Minas Gerais teve o mesmo resultado final que o pleito nacional.

Tabela 1 - Vencedores das eleições presidenciais no Brasil e em Minas Gerais e a diferença entre os percentuais, 1989 - 2022

| Eleições | Brasil | % | Minas Gerais | % | Diferença |
|----------|-----------------|--------|-----------------|--------|-----------|
| 1989 | Fernando Collor | 53,03% | Fernando Collor | 55,52% | -2,49% |
| 1994 | FHC | 54,28% | FHC | 64,82% | -10,54% |
| 1998 | FHC | 53,06% | FHC | 55,68% | -2,62% |
| 2002 | Lula | 61,27% | Lula | 66,45% | -5,18% |
| 2006 | Lula | 60,83% | Lula | 65,19% | -4,36% |
| 2010 | Dilma | 56,05% | Dilma | 58,45% | -2,40% |
| 2014 | Dilma | 51,64% | Dilma | 52,41% | -0,77% |
| 2018 | Bolsonaro | 55,13% | Bolsonaro | 58,19% | -3,06% |
| 2022 | Lula | 50,90% | Lula | 50,21% | 0,69% |

Fonte: Pesquisa própria com consulta aos Dados Abertos do TSE. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado

No ano de 1989, tivemos uma das eleições mais marcantes da história política brasileira, representando um marco histórico na transição democrática do país, pondo fim a mais de duas décadas de regime militar. Foi a primeira eleição presidencial direta desde 1960, e a população brasileira teve a oportunidade de escolher seu presidente através do voto popular. Com um total de vinte e dois candidatos, a eleição foi altamente competitiva e refletiu uma variedade de discursos. No segundo turno, a disputa antagonizou Fernando Collor de Mello, um jovem político de direita e, Luiz Inácio Lula da Silva, histórico líder da esquerda brasileira. Collor foi eleito com 53,03% dos votos nacionais e venceu em Minas Gerais com 55,52%.

A maior diferença entre os resultados de Minas Gerais e do país aconteceu em 1994. A disputa foi resolvida no primeiro turno, com Fernando Henrique Cardoso alcançando 54,28% dos votos válidos. Em Minas, FHC alcançou notáveis 64,82%, mais de dez pontos percentuais que a média nacional. Essa eleição foi marcada pelo Plano Real, que deu grande popularidade a Fernando Henrique, o Ministro da Fazenda que o implementou (Mendes; Venturi, 1994). Segundo Braga (2001), os

eleitores marginalizados demoraram mais a identificar Fernando Henrique Cardoso com o Plano ou a serem convencidos das virtudes do Real e demoraram mais tempo para aderir à campanha um de FHC do que aqueles eleitores menos marginalizados. Levando em conta que Minas Gerais não está entre os estados mais pobres da federação, como apontou a nossa própria pesquisa, isso pode ajudar a entender em parte a discrepância, mas ainda assim o resultado foi o mesmo, com a vitória do candidato do PSDB em primeiro turno.

Na eleição seguinte, após a aprovação da Emenda Constitucional nº 16 de 1997, conhecida como Emenda da Reeleição, Fernando Henrique Cardoso tornou-se o primeiro presidente incumbente a disputar a reeleição. E o resultado não foi diferente de quatro anos antes, com novamente a eleição sendo resolvida na primeira rodada. Porém, desta vez, o resultado das candidaturas na nossa comparação foi bem mais estável que outrora, sendo a diferença do resultado mineiro e o brasileiro sendo de apenas 2,62%.

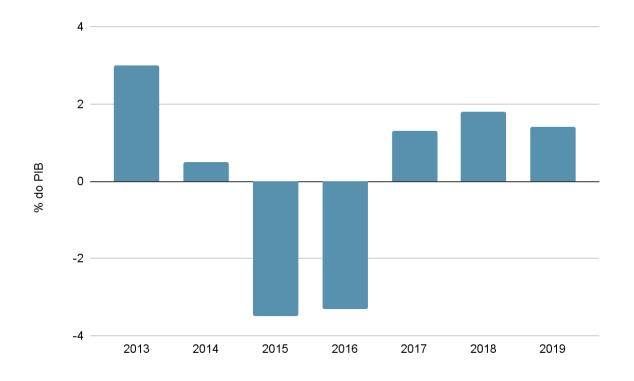
Em 2002, ocorreu a primeira vitória presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva(PT). Após quase confirmar vitória no primeiro turno, Lula venceu José Serra com 61,27% ante 38,73% dos votos válidos. Em Minas Gerais, a vitória foi com impressionantes 66,45%, tornando a votação mais expressiva da história eleitoral mineira. Quatro anos mais tarde, a vitória do petista se repetiu com votações semelhantes em Minas Gerais e no Brasil. Conforme relatado por Nicolau & Peixoto (2007), no artigo "Dois Lulas: a Geografia Eleitoral da Reeleição", diferentemente do que ocorrera em 2002, quando Lula recebeu proporções de votos homogeneamente distribuídas nas diferentes regiões do país, sua votação foi maior nas regiões mais pobres, especialmente o Nordeste, onde há maior proporção de população carente que notaria melhor os benefícios de políticas públicas de transferência de renda como o Bolsa Família.

A partir dos anos 2010, chegamos ao período onde os dados mais se aproximaram no recorte analisado, conforme a Tabela 1. A eleição da mineira Dilma Rousseff como a primeira presidente mulher do Brasil também se repetiu em Minas. Nacionalmente, Dilma foi eleita com 56,05%, frente aos 43,95% do paulista José Serra. Em sua terra natal, Dilma venceu com 58,45%.

Já a eleição de 2014 colocou de maneira emblemática dois candidatos mineiros disputando voto a voto. A então presidente Dilma Rousseff (PT) e o ex-governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB). Foi uma das eleições mais acirradas desde a redemocratização. Com uma votação só 0,77 pontos percentuais melhor no estado, Dilma conquistou a reeleição com 51,64% dos votos válidos. O Brasil chegava a quatro eleições presidenciais seguidas vencidas pelo Partido dos Trabalhadores. E isso não era dissociável do desempenho econômico alcançado pelos três governos anteriores.

Entretanto, no final do primeiro governo de Dilma a economia já apresentava sinais de estagnação (Dweck, 2017), conforme pode ser observado no Gráfico 1. Em 2014, o crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro foi tímido, com apenas 0,5%. Mas ainda assim um cenário bem mais positivo do que estava por vir. Em 2015 e 2016, a recessão atingiu com força o país, onde a economia apresentou retração de respectivamente -3,5% e -3,3%.

GRÁFICO 1 - Crescimento econômico por ano - 2013 á 2019, em %



Fonte: Pesquisa própria com consulta aos dados do IBGE(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Muito aconteceu na política nacional dali em diante, o fracasso do desempenho econômico e a perda de apoio popular do governo culminaram no impeachment da presidente democraticamente eleita e na subida ao poder de seu vice, Michel Temer. Após treze anos de governo petista, o Brasil via seu termômetro político cada vez mais à direita, como observado no livro "Eleições Municipais na Pandemia" de Antônio Lavareda e Helcimara Telles (2022). E esse cenário refletiu-se em Minas Gerais também.

O capitão da reserva Jair Bolsonaro venceu de maneira incontestável as eleições de 2018. Trazendo pautas conservadoras em seu discurso direitista, conquistou 55,13% dos votos, em Minas Gerais, 58,19%. Na disputa do governo do estado, o endosso a Bolsonaro alçou um até então desconhecido Romeu Zema(NOVO) ao comando do executivo estadual. A presidência de Bolsonaro seria marcada pela crise sanitária da Covid-19 e muitas outras polêmicas. Se em 2018 ele havia alcançado quase 2 milhões de votos a mais que o adversário Fernando Haddad no estado, no pleito seguinte esse cenário se inverteria e a disputa pelo executivo nacional seria decidida nacionalmente por uma margem ainda menor.

Nas eleições presidenciais de 2022 vimos a disputa mais acirrada da história democrática do país, e a mudança nos resultados em Minas Gerais poderia ser apontada como o fator fiel da balança. Como pontuado por Downs (1957), o melhor indicador de performance futura, seria a própria performance passada. Ou seja, os eleitores que olham para o passado para tomar suas decisões, também estariam pensando na perspectiva futura.

Esse apontamento relaciona os conceitos de voto retrospectivo e de voto prospectivo de uma maneira que é facilmente relacionável com as eleições de 2022. Nela, foram colocados frente a frente dois candidatos de posições ideológicas opostas, ambos com experiências passadas no comando do governo, e coube à população decidir qual dos dois teria sido melhor no exercício da função pública e qual dos dois projetos de países preferiam. O Brasil governado por Lula entre 2003 e 2010 ou o comandado por Bolsonaro entre 2019 e 2022.

Com 50,90% dos votos válidos, o eleitorado brasileiro elegeu Luiz Inácio Lula da Silva como presidente pela terceira vez em segundo turno. Com uma margem de pouco mais de 2 milhões de votos. Mais apertada ainda em Minas Gerais, onde Lula

superou Bolsonaro com 50,21% dos votos. Em comparação com as eleições anteriores, o Partido dos Trabalhadores tirou uma diferença em Minas Gerais que foi justamente a quantidade de votos necessária para vencer a disputa no Brasil. Mais uma vez, o resultado se repetia, e Minas Gerais se consolidava como o único estado a espelhar o vencedor nacional em todos os pleitos presidenciais desde a redemocratização.

CAPÍTULO 2 - A ECONOMIA MINEIRA E BRASILEIRA

Minas Gerais tem uma localização central na geografia brasileira e com sua grande extensão territorial(equivalente ao tamanho do território da França), encontra-se com diferentes regiões do Brasil. Ao Norte, com o Nordeste pelo seu limite com o Estado da Bahia. A Noroeste, no Planalto Central, limita-se com Goiás e Distrito Federal. Ainda compartilha limite com outro estado do Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul. Na sua própria região Sudeste, encontra-se com todos os outros estados, São Paulo a sul, Rio de Janeiro e Espírito Santo a leste. Mesclando diferentes perfis demográficos em sua população de mais de 20 milhões de pessoas, é o segundo estado mais populoso do país, apresentando uma diversidade geográfica e demográfica que reflete em muitos aspectos a diversidade brasileira. Esse capítulo tem como objetivo aferir qual o nível de proximidade entre os perfis econômicos das populações de Minas Gerais e do Brasil como um todo.

Uma discussão contumaz entre os estudiosos do voto é se o conceito de voto econômico derivaria ou não da abordagem da escolha racional, como acredita Downs (1957). Para ele, o eleitor com mais refinamento político estaria mais propenso a votar guiado pelos rumos econômicos. Em contraponto a essa ideia, Key (1966), não relaciona o nível de conhecimento político do eleitor com a escolha política norteada pelo desempenho econômico dos governos. Para ele, mesmo não apresentando altos níveis de conhecimento sobre política, o eleitorado seria capaz de recompensar ou punir governos com base em seus desempenhos na economia. Levando em conta essa tese do eleitorado ser capaz de votar guiado pela economia independente de seu sofisticamento político, que formulamos a hipótese de que a economia de Minas Gerais teria parâmetros e distribuição semelhantes à economia nacional em comparação aos outros estados, e isso ajudaria a explicar a correlação nos resultados eleitorais ao longo do tempo.

Para fazer a consideração desta hipótese, foram aferidos em alguns momentos dados de todos os estados brasileiros e em alguns casos específicos, dados referentes a quatro estados da federação com perfis bem diversos, assim como os dados a nível nacional. Foram escolhidos para esse recorte: Minas Gerais, que motivou a realização do trabalho. Santa Catarina, o estado mais rico do sul do país, histórico reduto da direita brasileira nas últimas décadas. Bahia, maior estado

do Nordeste e também a maior origem de votos da esquerda nos últimos pleitos. E Mato Grosso, estado que representa o Centro-Oeste, mas também em grande parte do seu território, faz parte da Amazônia Legal.

Ao longo da história democrática brasileira, muitos achados reforçam a ideia de que o eleitorado brasileiro se guia pela economia. Nas eleições de 1994 e 1998, por exemplo, estudos com base em dados de pesquisas de opinião mostram que a avaliação positiva do Plano Real, que fora capitaneado por Fernando Henrique Cardoso, então ministro da fazenda de Itamar Franco, e freou a taxa de inflação brasileira depois de vários anos, estaria associado diretamente ao voto no candidato tucano (MENDES; VENTURI, 1994).

No que se refere a 2002, a avaliação negativa do desempenho econômico do final do governo de Fernando Henrique Cardoso estaria associada ao voto para presidente, tendo impacto sobre os votos em José Serra e Lula (Carreirão, 2004). No caso das eleições presidenciais de 2006, estudos baseados em dados agregados mostram que, diferentemente do que ocorreu em 2002, quando Lula recebeu votos homogeneamente distribuídos nas diferentes regiões do país, sua votação tendeu a ser muito maior nas regiões mais pobres, especialmente o Nordeste, onde há maior proporção de beneficiários do programa Bolsa Família (Nicolau; Peixoto, 2007). Além desses achados, o artigo "Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido" (Licio; Rennó; Castro, 2006) verificou um efeito positivo do programa Bolsa Família sobre o voto e sobre a avaliação do desempenho do governo Lula.

Um clássico exemplo das semelhanças demográficas entre Minas Gerais e o Brasil está na região do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, muitas vezes apontados como uma extensão do Nordeste devido ao clima semiárido e a presença de populações que enfrentam desafios socioeconômicos semelhantes. Essa área, como muitas partes do Nordeste, tem nas políticas públicas uma esperança de melhora na qualidade de vida de seus habitantes, com uma maior parcela de suas populações dependentes de programas sociais frente à falta de oportunidades econômicas e empregos melhores remunerados.

Em nossa pesquisa, utilizando dados do Ministério de Desenvolvimento Social, constatou-se que, em 2023, Minas Gerais tem 1,62 milhão de beneficiários

do Programa Bolsa Família, principal programa de transferência de renda do país. O programa, fora recentemente reimplantado, após ter sido substituído na pandemia pelo Auxílio Emergencial e depois reformulado como Auxílio Brasil, políticas públicas de teor parecido, mas que tinham menos prerrogativas para sua concessão (Costa; Magalhães; Cardoso, 2023). Esse número representa 7,8% da população mineira no Censo mais recente. No Brasil, são ao todo 21,14 milhões de beneficiários, totalizando 9,6% da população.

Tabela 2 - Número de beneficiários do Bolsa Família por estado, 2023

| Beneficiários do Bolsa Família | | % da população |
|--------------------------------|---------------|----------------|
| Brasil | 21,14 milhões | 9,6 |
| Minas Gerais | 1,62 milhão | 7,8 |
| Santa Catarina | 234 mil | 3,2 |
| Bahia | 2,5 milhão | 16,55 |
| Mato Grosso | 259 mil | 8,04 |

Fonte: Dados do Ministério de Desenvolvimento Social. Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html

Quando comparamos aos outros estados, encontramos resultados bem diversos. Santa Catarina, por exemplo, tem apenas 3,2% da população contemplada pelo auxílio, com 255 mil beneficiários. Já a Bahia, estado vizinho de Minas, tem um total de 2,5 milhões de beneficiários, que representa 16,55% de sua população. Mato Grosso, até se aproxima mais do percentual nacional, com 8,1% de sua população, entretanto são outros indicadores econômicos que sublimam suas diferenças com o perfil econômico médio brasileiro.

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador econômico muito utilizado na sociedade para mensurar a riqueza de um estado ou país, ele representa a soma de todas as riquezas produzidas. Entretanto, para analisar o patamar econômico de uma população, que é o que nos interessa neste trabalho, a utilização do PIB per capita é mais indicado. O PIB per capita é amplamente utilizado na literatura econômica como medida de bem-estar. Ele é uma medida que representa uma média entre todas as riquezas produzidas em um país ou estado e seus habitantes.

Ou seja, o PIB per capita é uma forma de avaliar o nível médio de poder econômico de uma população, indicando quanto valor econômico, em termos de produção de bens e serviços, está disponível para cada pessoa em média (LÔBO; NAKABASHI, 2020).

Neste estágio da pesquisa, compilamos os dados de todos os estados da federação e realizamos um cálculo da razão do valor do PIB per Capita dos estados e o PIB per capita brasileiro. Ou seja, quanto mais próximo de 1, mais próximo do padrão brasileiro tal economia seria. Foram utilizados os dados do IBGE referentes ao ano de 2020, o primeiro ano da pandemia de coronavírus.

Tabela 3 - PIB per capita por unidade federativa - Em reais (R\$)

| Ranking 2020 | UF | PIB per capita | Razão UF / Brasil |
|--------------|--------------------|----------------|-------------------|
| 1 | Distrito Federal | 87.016,16 | 2,4 |
| 2 | São Paulo | 51.364,73 | 1,4 |
| 3 | Mato Grosso | 50.663,19 | 1,4 |
| 4 | Santa Catarina | 48.159,24 | 1,3 |
| 5 | Mato Grosso do Su | 43.649,17 | 1,2 |
| 6 | Rio de Janeiro | 43.407,55 | 1,2 |
| 7 | Paraná | 42.366,71 | 1,2 |
| 8 | Rio Grande do Sul | 41.227,61 | 1,1 |
| 9 | Espírito Santo | 34.065,98 | 0,9 |
| 10 | Minas Gerais | 32.066,73 | 0,9 |
| 11 | Goiás | 31.506,97 | 0,9 |
| 12 | Rondônia | 28.722,45 | 0,8 |
| 13 | Amazonas | 27.572,96 | 0,8 |
| 14 | Tocantins | 27.448,43 | 0,8 |
| 15 | Roraima | 25.387,77 | 0,7 |
| 16 | Pará | 24.846,62 | 0,7 |
| 17 | Amapá | 21.431,53 | 0,6 |
| 18 | Bahia | 20.449,29 | 0,6 |
| 19 | Rio Grande do Nort | 20.342,11 | 0,6 |
| 20 | Pernambuco | 20.101,38 | 0,6 |
| 21 | Sergipe | 19.583,07 | 0,5 |
| 22 | Alagoas | 18.857,69 | 0,5 |
| 23 | Acre | 18.420,26 | 0,5 |
| 24 | Ceará | 18.168,35 | 0,5 |
| 25 | Paraíba | 17.402,13 | 0,5 |
| 26 | Piauí | 17.184,70 | 0,5 |
| 27 | Maranhão | 15.027,69 | 0,4 |
| | Brasil | | 35.935,74 |

Fonte: IBGE 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html

Ao analisar os resultados e destacando os estados que estamos dando o maior enfoque, observa-se que tanto Santa Catarina quanto Mato Grosso apresentam razão entre seu índice e o nacional de 1,3 e 1,4 respectivamente. O que significa que proporcionalmente ao número de habitantes, suas economias estão entre as de maior padrão do país. Já na Bahia, em contrapartida, encontramos uma razão de apenas 0,6. Com um valor bem menor que a nacional em perspectiva. Minas Gerais é o segundo estado que mais se aproxima do índice brasileiro deste importante indicativo, atrás apenas do vizinho Espírito Santo. Com um PIB per capita de R\$32.066,73 em 2020. Valor bem próximo do PIB per Capita brasileiro no mesmo ano: R\$35.935,74.

Mas além do tamanho relativo das economias, uma coisa a ser considerada é a natureza das atividades. No Triângulo Mineiro, assim como outras regiões do estado, há uma economia movida pelo agronegócio(Silva e Santos, 2018) e isso também é uma característica símbolo do Centro-Oeste e atividade responsável por 24,8% do PIB brasileiro em 2022 segundo pesquisadores do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP. Situado no coração do Cerrado, o Triângulo entra em contraste marcante com as regiões mais urbanas do estado. Segundo Alves e Souza(2015), analisando dados do Censo Agropecuário, concluiu-se que existe grande concentração na renda rural. Com 11% dos estabelecimentos contando por 87% da produção rural em 2006. Ter a agropecuária como vetor de sua economia pode trazer muitos dividendos, mas pode vir acompanhada de um velho problema brasileiro: a desigualdade.

A desigualdade social pode ser medida por diferentes métricas. Mas é o Coeficiente de Gini a mais difundida no estudo da ciência econômica. Sendo a medida mais usada tanto no Brasil como no restante do mundo (Soares, 2010). Também conhecido como Índice de Gini, foi desenvolvido como uma medida para analisar a desigualdade em distribuições de renda. O índice foi projetado para ser uma medida numérica que varia de 0 a 1, onde 0 representa igualdade perfeita (todas as pessoas com a mesma renda) e 1 representa desigualdade total (uma pessoa detém todo o capital).

Entretanto, ao analisar o Coeficiente de Gini dos estados brasileiros em 2016, não encontramos essa correlação direta entre economia voltada ao agronegócio e

uma sociedade mais desigual. Mato Grosso tem um índice de Gini de 0,457, o segundo menor do Brasil. Minas Gerais, com um índice de 0,504 até aproxima-se mais do índice nacional em comparação com Santa Catarina e Mato Grosso, porém, neste caso, muitos outros estados têm coeficientes mais próximos ao do Brasil(0,539).

Tabela 4 - Coeficiente de Gini por unidade federativa

| Ranking 2016 | UF | Índice |
|--------------|--------------------|--------|
| 1 | Santa Catarina | 0,429 |
| 2 | Mato Grosso | 0,457 |
| 3 | Goiás | 0,474 |
| 4 | Rondônia | 0,478 |
| 5 | Mato Grosso do Sul | 0,481 |
| 6 | Paraná | 0,485 |
| 7 | Rio Grande do Sul | 0,486 |
| 8 | Tocantins | 0,498 |
| 9 | Minas Gerais | 0,504 |
| 10 | Espírito Santo | 0,513 |
| 11 | Rio de Janeiro | 0,524 |
| 12 | Alagoas | 0,526 |
| 13 | Maranhão | 0,528 |
| 14 | Pará | 0,531 |
| | Brasil | 0,539 |
| 15 | Paraíba | 0,54 |
| 16 | São Paulo | 0,541 |
| 17 | Piauí | 0,546 |
| 18 | Roraima | 0,547 |
| 19 | Bahia | 0,548 |
| 20 | Ceará | 0,553 |
| 21 | Rio Grande do Nort | 0,558 |
| 22 | Amapá | 0,56 |
| 23 | Sergipe | 0,572 |
| 24 | Amazonas | 0,572 |
| 25 | Acre | 0,575 |
| 26 | Pernambuco | 0,578 |
| 27 | Distrito Federal | 0,583 |

Fonte: PNAD Contínua 2016. Disponível em: https://painel.ibge.gov.br/pnadc/l

Quando previamente nós analisamos o PIB per Capita, avaliou-se a média de todas as riquezas por cada habitante, sem fazer juízo sobre a distribuição das mesmas. Então, com o uso do Coeficiente de Gini, se avalia esse outro aspecto. Com base nesta métrica, Minas Gerais seria menos desigual do que o Brasil. Mas não é possível aferir, o quanto que o tamanho dessa diferença neste indicador, se

aplicaria na distribuição das riquezas de fato. Para se ter uma ideia mais completa da distribuição de riquezas especificamente, realizamos o levantamento de uma pesquisa com dados mais específicos sobre as faixas de renda da população economicamente ativa. Isso com o intuito de trazer uma leitura mais coerente das diferentes faixas econômicas do eleitorado e suas diferentes perspectivas.

De acordo com o modelo econômico que procurou explicar o voto fundamentado por Downs(1957), as pessoas votariam conforme comportamento racional e de certa forma egoísta. Levando isso em conta, pessoas com diferentes faixas de renda, teriam nesse contexto, interesses diferentes na hora de votar para presidente. Por exemplo, um cidadão de renda alta se beneficia de tributação focada na base da pirâmide. Já um cidadão de renda baixa se beneficia de programas sociais financiados pela tributação dos mais ricos.

Tabela 5 - Faixas de renda da população maior de 15 anos no Brasil e nos estados, em %

| PNAD 2015 | Até 2 salários mínimos | De 2 até 5 salários mínimos | De 5 até 10 salários mínimos | Mais de 10 salários mínimos |
|----------------|---------------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| Brasil | 58,75 | 21,05 | 5,65 | 2,57 |
| Minas Gerais | 61,73 | 19,42 | 5,06 | 2,39 |
| Santa Catarina | 46,09 | 34,89 | 7,82 | 2,54 |
| Bahia | 72,08 | 11,3 | 2,81 | 1,09 |
| Mato Grosso | 55,36 | 27,05 | 6,13 | 2,56 |

Fonte: PNAD 2015. Disponível em:

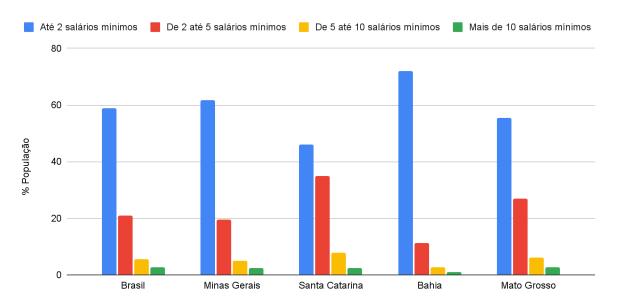
https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-d

omicilios.html

Utilizando dados da PNAD(Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2015, nota-se como Minas Gerais é o estado que mais se aproxima das classes de renda com os dados referentes ao Brasil entre os estados pesquisados. Na faixa de cidadãos maiores de 15 anos que ganham até 2 salários mínimos, havia apenas três pontos percentuais de diferença. Na faixa de 2 até 5 salários mínimos, novamente um resultado aproximado, com menos de dois pontos de diferença. Entre os que recebem de 5 a 10 salários, apenas 0,60% de diferença. Já entre os mais bem remunerados, tanto Santa Catarina, quanto Mato Grosso e, novamente, Minas Gerais, apresentam números semelhantes ao panorama nacional. Como apontado

no Gráfico 2, resultados bem aproximados foram encontrados entre o nosso país e o nosso estado.

GRÁFICO 2 - Pessoas de 15 anos ou mais por classes de rendimento mensal, 2015



Fonte: PNAD 2015. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-d omicilios.html

Neste capítulo, analisamos ao todo quatro índices econômicos: o Número de beneficiários do Bolsa Família, o PIB per capita, o Coeficiente de Gini e as Faixas de Renda da população. Destes, apenas no índice de Gini que Minas Gerais não se apresentou entre os estados de resultado mais próximo aos resultados nacionais. Entretanto, com a análise de outros indicativos, concluímos que a pequena diferença no indicador de desigualdade não levou Minas Gerais a apresentar uma população com patamares de renda distintos dos demais.

Sendo assim, com toda a análise dos dados em perspectiva, e levando em conta a literatura analisada, podemos responder positivamente à primeira hipótese apresentada no trabalho, que Minas Gerais teria sim um padrão econômico equiparável ao nacional e que isso poderia levar seus eleitores a se comportarem de maneira semelhante nos pleitos presidenciais.

CAPÍTULO 3 - O PERFIL DEMOGRÁFICO DO ELEITORADO

Abrigando uma variedade de paisagens geográficas e características demográficas diferentes, Minas Gerais é constantemente apontada como um espelho das complexas realidades do Brasil. Essas semelhanças ajudam a compreender a diversidade e a riqueza cultural que definem tanto o nosso estado quanto o nosso país como um todo.

Em suas obras, tanto Downs(1957), quanto Key(1966) e Lanoue(1994), admitem que os fatores econômicos não são as únicas variáveis na escolha do voto. Sendo assim, a complexidade na decisão do voto é evidenciada também pela interseção de diversas características demográficas, destacando a necessidade de uma análise abrangente para compreender plenamente os fatores que influenciam as escolhas eleitorais para além do viés econômico.

Neste capítulo, analisaremos dados demográficos de Minas e de outros estados da federação em comparação aos números nacionais. Um dado demográfico é algo que descreve uma população com base em uma série de variáveis-chave, tais como idade, gênero, raça e sexo. É uma forma de estudar um conjunto de pessoas de forma abrangente para entender os perfis diferentes e assimilar quais perfis se apresentam. Com essa análise, procuramos responder a segunda hipótese elencada no trabalho, de que o perfil demográfico do eleitorado mineiro seria bem próximo do eleitor brasileiro e isso ajudaria a explicar os resultados eleitorais correspondentes.

Adiante, restringimos a ampla gama de indicadores demográficos existentes a três sessões que abordarão temáticas pelas quais há na literatura, uma maior relação entre suas naturezas e os impactos na decisão sobre o voto. São elas, as faixas etárias, a urbanização e o nível de instrução dos eleitorados. Aspectos como raça e gênero não foram incluídos no recorte por motivos distintos.

Na questão da relação entre raça e voto no Brasil, o IBGE, órgão responsável pelo Censo 2022, não liberou dados referentes à autodeclaração racial das unidades federativas separadamente, apenas os dados consolidados

nacionalmente. Isso prejudicou o nosso recorte ambicionado, portanto optamos por não incluir no estudo em questão.

Já no que tange ao gênero, utilizando-se das estatísticas do eleitorado disponibilizados em seu site pelo TSE, observamos muito pouca diferença entre os números de cidadãos do sexo masculino e do sexo feminino nos estados e no Brasil. Em todos os casos analisados, o percentual de mulheres é ligeiramente maior que o de homens, com valores que variam entre 51% a 52% do eleitorado formado por mulheres, frente a 48% a 49% de homens.

3.1 Idade e voto

No contexto político contemporâneo, um aspecto crucial na formação ideológica e na tomada de decisão é a idade do eleitor, uma vez que diferentes gerações muitas vezes expressam perspectivas políticas distintas. Pesquisas ao redor do mundo apontam que jovens eleitores tendem a apoiar candidatos mais progressistas nas pautas de costumes, e a abraçarem em maior nível questões como a questão ambiental, relevante no ponto de vista do futuro do planeta. Enquanto eleitores mais velhos tendem a valorizar a economia no curto prazo e a serem mais conservadores (LOPES; CASTRO, 2023).

Nesta seção, procuramos analisar as pirâmides etárias dos eleitores de Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina e Bahia em comparação com a pirâmide etária brasileira com base nos dados mais atualizados do Tribunal Superior Eleitoral referentes à eleição de 2022. Os achados encontrados sobre a distribuição etária de seus eleitores em comparação com a distribuição dos eleitores brasileiros será analisada estado por estado adiante.

Tabela 6 - Faixas etárias dos eleitores brasileiros e dos mineiros

| Eleitora | ado Minas Gerai: | 5 | BR-MG | Eleitorado Brasil | | |
|----------------|------------------|--------|--------|-------------------|------------|--------|
| 16 a 20 anos | 830.087 | 5,09% | -0,77% | 16 a 20 anos | 8.343.896 | 5,86% |
| 21 a 24 anos | 1.192.204 | 7,32% | -0,56% | 21 a 24 anos | 12.321.272 | 7,88% |
| 25 a 29 anos | 1.575.561 | 9,67% | -0,52% | 25 a 29 anos | 15.943.517 | 10,19% |
| 30 a 34 anos | 1.571.857 | 9,65% | -0,29% | 30 a 34 anos | 15.554.999 | 9,94% |
| 35 a 39 anos | 1.601.629 | 9,83% | -0,49% | 35 a 39 anos | 16.142.478 | 10,32% |
| 40 a 44 anos | 1.643.566 | 10,09% | -0,18% | 40 a 44 anos | 16.064.565 | 10,27% |
| 45 a 49 anos | 1.416.909 | 8,70% | -0,16% | 45 a 49 anos | 13.869.461 | 8,86% |
| 50 a 54 anos | 1.336.824 | 8,21% | 0,13% | 50 a 54 anos | 12.637.077 | 8,08% |
| 55 a 59 anos | 1.288.504 | 7,91% | 0,32% | 55 a 59 anos | 11.868.255 | 7,59% |
| 60 a 64 anos | 1.122.302 | 6,89% | 0,50% | 60 a 64 anos | 9.995.705 | 6,39% |
| 65 a 69 anos | 908.465 | 5,58% | 0,47% | 65 a 69 anos | 8.002.452 | 5,11% |
| 70 a 74 anos | 664.039 | 4,08% | 0,32% | 70 a 74 anos | 5.885.358 | 3,76% |
| 75 a 79 anos | 454.617 | 2,79% | 0,32% | 75 a 79 anos | 3.858.345 | 2,47% |
| 80 a 84 anos | 305.164 | 1,87% | 0,32% | 80 a 84 anos | 2.424.573 | 1,55% |
| 85 a 89 anos | 183.816 | 1,13% | 0,28% | 85 a 89 anos | 1.334.866 | 0,85% |
| 90 a 94 anos | 104.048 | 0,64% | 0,17% | 90 a 94 anos | 738.761 | 0,47% |
| 95 a 99 anos | 64.635 | 0,40% | 0,10% | 95 a 99 anos | 466.940 | 0,30% |
| 100 anos ou ma | 26.437 | 0,16% | 0,04% | 100 anos ou mai | 184.438 | 0,12% |

Fonte: Dados Abertos do TSE. Disponível em:

https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado

Quando comparamos os números da pirâmide etária mineira com a pirâmide etária brasileira, observa-se que a maior discrepância se encontra na faixa dos eleitores entre 16 e 20 anos, onde há 0,77% eleitores a menos que no Brasil. Nessa faixa, o cadastro eleitoral entre menores de dezoito anos é facultativo, o que pode indicar uma ligeira menor participação dos jovens mineiros na política que os números nacionais. A segunda maior diferença se encontra entre os eleitores de 60 a 64 anos, onde em Minas representam 0,50% a mais que no Brasil. Ademais, em todas as faixas etárias a partir dos maiores de 50 anos, Minas Gerais tem mais eleitores proporcionalmente do que o Brasil, e em todas as faixas até 49 anos, há menos eleitores. Isso evidencia uma população de eleitores mais velha que a brasileira, o que poderia impactar negativamente na correspondência nos resultados eleitorais.

Tabela 7 - Faixas etárias dos eleitores brasileiros e baianos, 2022

| Eleitorado Brasil | | | BR-BA | Eleitorado Bahia | | |
|-------------------|------------|--------|--------|------------------|-----------|--------|
| 16 a 20 anos | 8.343.896 | 5,86% | -0,47% | 16 a 20 anos | 715.174 | 6,33% |
| 21 a 24 anos | 12.321.272 | 7,88% | -0,26% | 21 a 24 anos | 919.195 | 8,14% |
| 25 a 29 anos | 15.943.517 | 10,19% | 0,00% | 25 a 29 anos | 1.150.604 | 10,19% |
| 30 a 34 anos | 15.554.999 | 9,94% | 0,15% | 30 a 34 anos | 1.105.682 | 9,79% |
| 35 a 39 anos | 16.142.478 | 10,32% | -0,61% | 35 a 39 anos | 1.234.393 | 10,93% |
| 40 a 44 anos | 16.064.565 | 10,27% | -0,58% | 40 a 44 anos | 1.225.308 | 10,85% |
| 45 a 49 anos | 13.869.461 | 8,86% | -0,06% | 45 a 49 anos | 1.007.512 | 8,92% |
| 50 a 54 anos | 12.637.077 | 8,08% | 0,21% | 50 a 54 anos | 888.896 | 7,87% |
| 55 a 59 anos | 11.868.255 | 7,59% | 0,39% | 55 a 59 anos | 812.584 | 7,20% |
| 60 a 64 anos | 9.995.705 | 6,39% | 0,47% | 60 a 64 anos | 668.441 | 5,92% |
| 65 a 69 anos | 8.002.452 | 5,11% | 0,50% | 65 a 69 anos | 520.390 | 4,61% |
| 70 a 74 anos | 5.885.358 | 3,76% | 0,17% | 70 a 74 anos | 405.825 | 3,59% |
| 75 a 79 anos | 3.858.345 | 2,47% | 0,08% | 75 a 79 anos | 269.797 | 2,39% |
| 80 a 84 anos | 2.424.573 | 1,55% | -0,02% | 80 a 84 anos | 177.653 | 1,57% |
| 85 a 89 anos | 1.334.866 | 0,85% | 0,01% | 85 a 89 anos | 95.103 | 0,84% |
| 90 a 94 anos | 738.761 | 0,47% | -0,01% | 90 a 94 anos | 54.451 | 0,48% |
| 95 a 99 anos | 466.940 | 0,30% | 0,06% | 95 a 99 anos | 27.514 | 0,24% |
| 100 anos ou mai | 184.438 | 0,12% | 0,01% | 100 anos ou m | 12.839 | 0,11% |

Fonte: Dados Abertos do TSE. Disponível em:

https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado

Na Bahia, a maior discrepância de valores se encontra entre os eleitores de 35 a 39 anos, onde há uma diferença de 0,61%. Destaca-se a grande correspondência entre as proporções de eleitores maiores de 70 anos e o percentual idêntico entre eleitores de 25 a 29 anos, onde tanto na Bahia e no Brasil, estes representam 10,19%. O resultado da análise do caso baiano demonstra uma distribuição populacional dos eleitores bem mais correspondente aos valores nacionais do que no caso mineiro. Também nota-se que a pirâmide etária baiana é formada majoritariamente por eleitores mais jovens.

Já nos estados de Mato Grosso e Santa Catarina, encontramos cenários contrastantes entre si. Mato Grosso possui um eleitorado bem mais proporcionalmente jovem do que o Brasil, com diferenças que chegam somadas a quase 2,5% nas três faixas que englobam os eleitores de 25 a 39 anos. Já Santa Catarina apresenta uma população ligeiramente mais envelhecida e com a categoria de mais disparidade encontrada nesta análise: 0,80% de diferença para os eleitores de 16 a 20 anos do que a média nacional. Assim como o caso de Minas Gerais, isso

denota uma participação menor deste grupo, que tem o registro eleitoral facultativo, na política. Já entre eleitores de 50 a 69 anos, o estado apresenta quase 2% a mais de eleitores proporcionalmente do que no Brasil.

Tabela 8 - Faixas etárias dos eleitores de Mato Grosso e Santa Catarina em comparação ao eleitorado brasileiro, 2022

| BR-MT | Ele | itorado Mato Gro | SSO | BR-SC | Eleit | orado Santa Cata | arina |
|--------|---------------|------------------|--------|--------|---------------|------------------|--------|
| 0,13% | 16 a 20 anos | 141.506 | 5,73% | 0,80% | 16 a 20 anos | 277.720 | 5,06% |
| -0,25% | 21 a 24 anos | 200.848 | 8,13% | 0,45% | 21 a 24 anos | 407.802 | 7,43% |
| -0,78% | 25 a 29 anos | 270.793 | 10,97% | 0,04% | 25 a 29 anos | 557.460 | 10,15% |
| -0,79% | 30 a 34 anos | 265.034 | 10,73% | -0,51% | 30 a 34 anos | 573.427 | 10,45% |
| -0,69% | 35 a 39 anos | 271.935 | 11,01% | -0,16% | 35 a 39 anos | 575.588 | 10,48% |
| -0,38% | 40 a 44 anos | 262.990 | 10,65% | 0,02% | 40 a 44 anos | 562.506 | 10,25% |
| -0,53% | 45 a 49 anos | 231.877 | 9,39% | 0,10% | 45 a 49 anos | 481.024 | 8,76% |
| -0,32% | 50 a 54 anos | 207.448 | 8,40% | -0,30% | 50 a 54 anos | 459.802 | 8,38% |
| 0,12% | 55 a 59 anos | 184.532 | 7,47% | -0,61% | 55 a 59 anos | 449.977 | 8,20% |
| 0,43% | 60 a 64 anos | 147.154 | 5,96% | -0,56% | 60 a 64 anos | 381.696 | 6,95% |
| 0,60% | 65 a 69 anos | 111.256 | 4,51% | -0,26% | 65 a 69 anos | 294.577 | 5,37% |
| 0,74% | 70 a 74 anos | 74.569 | 3,02% | -0,13% | 70 a 74 anos | 213.287 | 3,89% |
| 0,60% | 75 a 79 anos | 46.101 | 1,87% | 0,22% | 75 a 79 anos | 123.702 | 2,25% |
| 0,45% | 80 a 84 anos | 27.223 | 1,10% | 0,32% | 80 a 84 anos | 67.522 | 1,23% |
| 0,28% | 85 a 89 anos | 13.996 | 0,57% | 0,22% | 85 a 89 anos | 34.313 | 0,63% |
| 0,19% | 90 a 94 anos | 6.991 | 0,28% | 0,17% | 90 a 94 anos | 16.401 | 0,30% |
| 0,16% | 95 a 99 anos | 3.558 | 0,14% | 0,13% | 95 a 99 anos | 9.219 | 0,17% |
| 0,06% | 100 anos ou m | 1.576 | 0,06% | 0,05% | 100 anos ou m | 3.607 | 0,07% |

Fonte: Dados Abertos do TSE. Disponível em:

https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado

Estes achados, ao contrário dos encontrados na maioria das análises de indicadores econômicos realizadas anteriormente, não demonstraram resultados aproximados entre os números de Minas Gerais e Brasil. Nos outros estados analisados, podemos encontrar correspondências na distribuição populacional dos eleitores maiores do que no caso mineiro.

3.2 Urbanização e voto

Como abordado por Monroe (1977), a urbanização também pode desempenhar um papel crucial nas escolhas eleitorais, com diferenças na questão do comparecimento, educação e prioridades. Eleitores urbanos muitas vezes são inclinados a apoiar políticas voltadas para a resolução de problemas específicos enfrentados em ambientes metropolitanos, como transporte público e habitação. Em contraste, eleitores de áreas rurais podem priorizar questões agrárias e preservação do seu estilo de vida.

A capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, compartilha semelhanças com as outras grandes metrópoles brasileiras. Como grandes cidades, possuem economias diversificadas, com destaque para indústrias e setor de serviços bem desenvolvidos, refletindo a urbanização e a concentração populacional típicas do Sudeste. O estado, tem ainda outras áreas urbanas importantes, como a própria Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Região Metropolitana do Vale do Aço e a segunda maior cidade do estado, Juiz de Fora.

Ao comparar as taxas de urbanização dos estados brasileiros, encontramos um resultado bem aproximado entre os valores de Minas Gerais e Brasil. Nos termos do Censo de 2010(tal parâmetro não foi seguido no Censo de 2022), o estado de Minas Gerais apresentava uma taxa de urbanização bem semelhante à nacional, sendo a terceira unidade federativa que mais se aproxima, atrás de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Este achado demonstra uma compatibilidade entre Minas Gerais e o Brasil no quanto o eleitorado rural e o eleitorado urbano representam em suas populações e segundo a literatura, isso poderia impactar nos resultados eleitorais.

Em contraste com os números de Minas Gerais, outros estados do sudeste como Rio de Janeiro e São Paulo apresentaram mais de 95% de suas populações urbanas. Enquanto estados do nordeste como Bahia e Maranhão apresentam populações urbanas bem menores. Na Bahia, com uma taxa de 72% dos cidadãos morando na zona urbana, e no Maranhão, a menor taxa do país, com apenas 63% da população.

Tabela 9 - Taxa de urbanização dos estados brasileiros

| Posição | Unidade federativa | Taxa urbana | Taxa rural |
|---------|---------------------|-------------|------------|
| 1° | Rio de Janeiro | 96.71 | 3.29 |
| 2° | Distrito Federal | 96.62 | 3.38 |
| 3° | São Paulo | 95.88 | 4.12 |
| 4° | Goiás | 90.29 | 9.71 |
| 5° | Amapá | 89.81 | 10.19 |
| 6° | Mato Grosso do Sul | 85.64 | 14.36 |
| 7° | Paraná | 85.31 | 14.49 |
| 8° | Espírito Santo | 85.29 | 14.51 |
| 9° | Rio Grande do Sul | 85.10 | 14.90 |
| | BRASIL | 84.35 | 15.65 |
| 10° | Santa Catarina | 83.99 | 16.01 |
| 11° | Minas Gerais | 83.38 | 16.62 |
| 12° | Mato Grosso | 81.90 | 18.10 |
| 13° | Pernambuco | 80.15 | 19.85 |
| 14° | Amazonas | 79.17 | 20.83 |
| 15° | Tocantins | 78.81 | 21.19 |
| 16° | Rio Grande do Norte | 77.82 | 22.18 |
| 17° | Roraima | 76.41 | 23.59 |
| 18° | Paraíba | 75.37 | 24.63 |
| 19° | Ceará | 75.09 | 24.91 |
| 20° | Alagoas | 73.64 | 26.36 |
| 210 | Sergipe | 73.51 | 26.49 |
| 22° | Rondônia | 73.22 | 26.78 |
| 23° | Acre | 72.61 | 27.39 |
| 24° | Bahia | 72.07 | 27.93 |
| 25° | Pará | 68.49 | 31.51 |
| 26° | Piauí | 65.77 | 34.23 |
| 27° | Maranhão | 63.07 | 36.93 |
| | | | |

Fonte: Censo de 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/

3.3 Educação e voto

O estudo de Pereira (2012) traz uma articulação entre a perspectiva da sofisticação política com a temática do voto econômico no contexto brasileiro. Discutindo a capacidade do eleitor de conectar suas avaliações da economia à decisão de voto. O autor destaca que as avaliações econômicas dos indivíduos são influenciadas por considerações positivas ou negativas armazenadas na memória, e essa percepção impacta suas decisões de voto. No entanto, para que essa conexão ocorra, são necessários requisitos adicionais, como a identificação de indicadores de

desempenho econômico e a compreensão da relação entre esses indicadores e as políticas do país.

Segundo Pereira, a sofisticação política é relacionada a variáveis socioeconômicas, como renda e escolaridade, e a fatores subjetivos, como interesse por política e exposição à informação. O autor destaca que a sofisticação política influencia a estabilidade e consistência das opiniões sobre a economia e sugere que eleitores mais sofisticados têm maior probabilidade de votar com base em considerações econômicas. Eleitores mais sofisticados podem também desenvolver percepções mais complexas da política local, considerando fatores além do controle do governo, como as dinâmicas do mercado internacional. Tendo em vista toda essa perspectiva, é importante não ignorar a desigualdade de sofisticação política ao analisar o comportamento eleitoral.

Portanto, utilizando dados do Tribunal Superior Eleitoral compilados sobre o eleitorado no momento do registro, traçamos uma comparação entre os diferentes níveis de instrução primeiramente entre Minas Gerais, Bahia e o Brasil. Num segundo momento entre Mato Grosso, Santa Catarina e Brasil.

Tabela 10 - Grau de Instrução do eleitorado brasileiro, mineiro e baiano

| Grau de Instrução - Brasil | | Grau de Instrução - Minas Gerais | | Diferença |
|--|-------------------------------------|---|-------------------------------------|--|
| ENSINO MÉDIO COMPLETO: 41.161.552 | 26,31% | ENSINO MÉDIO COMPLETO: 3.720.982 | 22,84% | -3,47% |
| ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 35.930.401 | 22,97% | ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 4.265.429 | 26,18% | 3,21% |
| ENSINO MÉDIO INCOMPLETO: 26.049.309 | 16,65% | ENSINO MÉDIO INCOMPLETO: 3.078.711 | 18,90% | 2,25% |
| SUPERIOR COMPLETO: 17.127.128 | 10,95% | SUPERIOR COMPLETO: 1.513.453 | 9,29% | -1,66% |
| LÊ E ESCREVE: 11.206.893 | 7,16% | LÊ E ESCREVE: 1.311.290 | 8,05% | 0,89% |
| ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO: 10.197.034 | 6,52% | ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO: 1.029.368 | 6,32% | -0,20% |
| SUPERIOR INCOMPLETO: 8.409.644 | 5,38% | SUPERIOR INCOMPLETO: 652.019 | 4% | -1% |
| ANALFABETO: 6.339.894 | 4,05% | ANALFABETO: 708.079 | 4,35% | 0,30% |
| | | | | |
| | | | | |
| Grau de Instrução - Brasil | | Grau de Instrução - Bahia | | D:f |
| | | | | Diferença |
| ENSINO MÉDIO COMPLETO: 41.161.552 | 26,31% | ENSINO MÉDIO COMPLETO: 2.992.827 | 26,51% | 0,20% |
| ENSINO MÉDIO COMPLETO: 41.161.552 ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 35.930.401 | 26,31% 22,97% | • | 26,51% 22,78% | - |
| | | ENSINO MÉDIO COMPLETO: 2.992.827 | | 0,20% |
| ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 35.930.401 | 22,97% | ENSINO MÉDIO COMPLETO: 2.992.827 ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 2.572.168 | 22,78% | 0,20% -0,19% |
| ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 35.930.401 ENSINO MÉDIO INCOMPLETO: 26.049.309 | 22,97% 16,65% | ENSINO MÉDIO COMPLETO: 2.992.827 ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 2.572.168 ENSINO MÉDIO INCOMPLETO: 1.709.287 | 22,78% 15,14% | 0,20% -0,19% -1,51% |
| ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 35.930.401 ENSINO MÉDIO INCOMPLETO: 26.049.309 SUPERIOR COMPLETO: 17.127.128 | 22,97% 16,65% 10,95% | ENSINO MÉDIO COMPLETO: 2.992.827 ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 2.572.168 ENSINO MÉDIO INCOMPLETO: 1.709.287 SUPERIOR COMPLETO: 877.356 | 22,78% 15,14% 7,77% | 0,20% -0,19% -1,51% -3,18% |
| ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 35.930.401 ENSINO MÉDIO INCOMPLETO: 26.049.309 SUPERIOR COMPLETO: 17.127.128 LÊ E ESCREVE: 11.206.893 | 22,97% 16,65% 10,95% 7,16% | ENSINO MÉDIO COMPLETO: 2.992.827 ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 2.572.168 ENSINO MÉDIO INCOMPLETO: 1.709.287 SUPERIOR COMPLETO: 877.356 LÊ E ESCREVE: 1.472.813 | 22,78% 15,14% 7,77% 13,04% | 0,20% -0,19% -1,51% -3,18% 5,88% |

Fonte: Dados Abertos do TSE. Disponível em:

https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado

Em Minas Gerais, há proporcionalmente 3,47% menos eleitores registrados com ensino médio completo. Também há um número relativamente menor de

graduados com ensino fundamental completo. Entre cidadãos graduados em cursos superiores, menos 1,66% do que a média nacional. Estes achados, refletem que a população mineira tem graus de instrução um tanto quanto distintos do padrão brasileiro e de outros estados. Na Bahia, há um índice ligeiramente maior de graduados no ensino médio em comparação ao índice brasileiro. Entretanto, quando analisamos os eleitores com superior completo, há a maior discrepância entre os estados analisados, com 3,18% a menos. Os índices de analfabetismo e de eleitores classificados como "Lê e Escreve" também se apresentam bem diferentes da média nacional e evidenciam uma população com graus de instrução bem distintos do padrão nacional.

Tabela 11 - Grau de Instrução do eleitorado brasileiro, catarinense e mato-grossense

| Grau de Instrução - Brasil | | Grau de Instrução - Santa Catarina | | |
|---|--------|--|--------|--------|
| ENSINO MÉDIO COMPLETO: 41.161.552 | 26,31% | ENSINO MÉDIO COMPLETO: 1.431.455 | 26,08% | -0,23% |
| ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 35.930.401 | 22,97% | ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 1.277.152 | 23,26% | 0,29% |
| ENSINO MÉDIO INCOMPLETO: 26.049.309 | 16,65% | ENSINO MÉDIO INCOMPLETO: 802.687 | 14,62% | -2,03% |
| SUPERIOR COMPLETO: 17.127.128 | 10,95% | SUPERIOR COMPLETO: 780.297 | 14,21% | 3,26% |
| LÊ E ESCREVE: 11.206.893 | 7,16% | LÊ E ESCREVE: 190.811 | 3,48% | -3,68% |
| ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO: 10.197.034 | 6,52% | ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO: 525.480 | 9,57% | 3,05% |
| SUPERIOR INCOMPLETO: 8.409.644 | 5,38% | SUPERIOR INCOMPLETO: 408.866 | 7,45% | 2,07% |
| ANALFABETO: 6.339.894 | 4,05% | ANALFABETO: 72.893 | 1,33% | -2,72% |
| | | | | |
| | | | | |
| Grau de Instrução - Brasil | | Grau de Instrução - Mato Grosso | | |
| ENSINO MÉDIO COMPLETO: 41.161.552 | 26,31% | ENSINO MÉDIO COMPLETO: 611.027 | 24,74% | -1,57% |
| ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 35.930.401 | 22,97% | ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 550.711 | 22,30% | -0,67% |
| ENSINO MÉDIO INCOMPLETO: 26.049.309 | 16,65% | ENSINO MÉDIO INCOMPLETO: 418.407 | 16,94% | 0,29% |
| SUPERIOR COMPLETO: 17.127.128 | 10,95% | SUPERIOR COMPLETO: 321.158 | 13,01% | 2,06% |
| LÊ E ESCREVE: 11.206.893 | 7,16% | LÊ E ESCREVE: 173.424 | 7,02% | -0,14% |
| ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO: 10.197.034 | 6,52% | ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO: 146.527 | 5,93% | -0,59% |
| SUPERIOR INCOMPLETO: 8.409.644 | 5 38% | SUPERIOR INCOMPLETO: 150.481 | 6,09% | 0.71% |
| 301 ENION INCOMELETO. 0.403.044 | 0,0070 | 551 21 (1511 1155 111 22 151 155 151 | 0,0070 | 0,7170 |

Fonte: Dados Abertos do TSE. Disponível em:

https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado

Já quando analisamos a situação de Santa Catarina, há resultados diferentes apresentados. Como destacado por Pereira (2012), o grau de instrução das populações não pode ser indissociável de seu padrão econômico, já que em nossos levantamentos anteriores este estado apresentou os maiores indicadores econômicos por habitante. Os catarinenses têm o maior índice de eleitores com ensino superior completo e o menor índice de analfabetismo.

Já em Mato Grosso, há a maior correspondência em relação aos percentuais nacionais entre todos os estados analisados. A única categoria onde a distinção ultrapassa os 2% é nas de eleitores com superior completo. Nas demais, a diferença supera um ponto percentual apenas no Ensino Médio Completo, com um índice 1,57% menor do que o brasileiro.

Neste capítulo, procuramos analisar a segunda hipótese do trabalho, de que o perfil demográfico do eleitorado mineiro médio seria bem próximo do eleitor brasileiro médio. E das três variáveis analisadas, em apenas uma essa tese se confirmou, na taxa de urbanização. Quando observadas as faixas etárias, os dados relativos à pirâmide etária dos eleitores mineiros demonstrou uma das maiores incompatibilidades em comparação à pirâmide brasileira quando em contraste aos outros estados analisados, com uma população bem mais envelhecida. Já quando o grau de instrução foi a métrica analisada, tampouco foi encontrada essa proximidade entre o eleitor mineiro e o brasileiro. Com outros estados tendo resultados mais aproximados do que o caso mineiro.

Frente a esse cenário difícil de traçar paralelos relevantes entre os aspectos demográficos aferidos, não é possível confirmar a segunda hipótese deste trabalho. Usando como parâmetro os demais estados analisados neste trabalho, o perfil demográfico do eleitorado mineiro não se aproxima claramente do perfil do eleitorado brasileiro e isso não pode ser usado para explicar a maior correspondência nos vencedores do que os outros estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os resultados dos pleitos presidenciais em Minas Gerais e no Brasil desde a redemocratização (1989), encontramos um consistente espelhamento dos resultados ao longo do tempo. Quando o recorte é feito nos últimos dez anos, os resultados estatísticos se aproximam ainda mais. Esse trabalho propôs responder quais motivos poderiam explicar essa correspondência analisando tantos dados socioeconômicos quanto a literatura especializada sobre o assunto. A metodologia utilizada foi de compilar os diferentes índices escolhidos, nacionais e estaduais, para realizar a devida comparação. Essa pesquisa contribuiu para termos um melhor entendimento do eleitor brasileiro e das características diferentes de cada unidade federativa. O objetivo central era testar as hipóteses apresentadas e discorrer sobre suas possíveis influências no voto dos eleitores. Não havia pretensão de explicar de forma definitiva as motivações por trás dos resultados eleitorais no Brasil, já que no que tange essa dinâmica, há incontáveis variáveis e contextos diferentes para se levar em conta.

A hipótese de que a economia de Minas Gerais teria parâmetros e distribuição semelhantes à economia nacional em comparação aos outros estados se mostrou acertada em quase todos os pontos analisados. Os dados encontrados corroboram em sua maioria que o padrão econômico dos mineiros é bem equiparável ao do brasileiro médio. Com uma distribuição de rendas semelhantes, é esperado que os eleitores se comportem de maneira condizente com o seu perfil, e isso pode levar a tomarem as mesmas escolhas em processos eleitorais, destacadamente, reiterar o apoio às políticas vigentes, ou votar na oposição visando mudanças.

Todavia, quando os aspectos sociais da população foram levados em conta no desenvolvimento do estudo, a mesma correspondência não foi encontrada. Reforçando a ideia do voto econômico, a hipótese de que as semelhanças nos resultados ao longo do tempo poderiam ser explicadas pelas compatibilidades entre o perfil demográfico do eleitorado mineiro ser mais próximo do eleitor brasileiro do que outros estados não se confirmou na prática. Sendo assim, usando os diferentes parâmetros analisados, não é possível corroborar com isso.

Uma dificuldade metodológica encontrada foi em relação aos instrumentos de análise dos dados, com a grande variedade de indicadores tanto econômicos quanto sociais existentes. Também com as diversas fontes e periodicidades, isso dificulta o estudo da temática e foi preciso estabelecer recortes específicos. A falta de informações disponíveis por unidades federativas ou por regiões dos estados também prejudicou. Porém, estabelecendo a última década como período a ser analisado e priorizando os dados mais utilizados na literatura especializada, foi capaz de traçar comparações cabíveis.

Em pesquisas futuras, pode-se resgatar índices econômicos e sociais referentes a diferentes períodos de tempo e procurar relacionar com os resultados eleitorais do passado para buscar o nível de compatibilidade ao longo da história democrática brasileira e mineira. O advento de novas eleições trará novos elementos para análise e as discussões realizadas ao longo deste trabalho poderão ser testadas da melhor maneira, na prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BBC BRASIL. **Como 'Estado espelho' se tornou estratégico para Lula e Bolsonaro no 2º turno**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-6312661 Acesso em 25 de agosto de 2023.

CARREIRÃO, Y.. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. Revista de Sociologia e Política, n. 22, p. 179–194, jun. 2004.

CAMARGOS, Malco. Economia e Voto: Fernando Henrique versus Lula, 1998. Teoria & Sociedade (UFMG), Belo Horizonte, v. 8, p. 116-145. 2001.

CEPEA/USP. **PIB** do agronegócio cresce no segundo trimestre e acumula alta de 0,5% em 2023. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro

COSTA, D. M.; MAGALHÃES, R.; CARDOSO, M. L. DE M.. Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: desafios e alcances a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 7, 2023.

DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy.** Nova York, 1957: Harper & Row Publishers.

DWECK, Esther. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. 2017.

FOLHA DE S. PAULO. Entenda por que Minas Gerais é o espelho do Brasil na eleição presidencial. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/entenda-por-que-minas-gerais-e-o-espelho-do-brasil-na-eleicao-presidencial.shtml Acesso em 16 de julho de 2023.

KEY Jr. V. O. The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting (1936-1960). Cambridge, Massachusetts, 1966: Harvard University Press.

LABAREDA, A; TELLES, H. 2022. Eleições Municipais na Pandemia. FGV Editora.

LANOUE, David, J. (1994), "Retrospective and Prospective Voting in Presidential Year Elections". Political Research Quarterly, vol. 47: 193-205.

LICIO, E. C.; RENNÓ, L. R.; CASTRO. **Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006**: em busca do elo perdido. Opinião Pública, v. 15, n. 1, p. 31–54, jun. 2009.

LÔBO, T. P.; NAKABASHI, L.. **Além do PIB per capita: Ensaio sobre medidas de bem-estar para os estados brasileiros.** Revista Brasileira de Economia, v. 74, n. 3, p. 325–351, jul. 2020.

LOPES, T. H. C. R.; CASTRO, M. A. R.. Perfil dos conservadores e dos progressistas brasileiros: uma abordagem baseada na teoria dos valores humanos. Revista de Sociologia e Política, v. 31, p. e011, 2023.

MONROE, A. "Urbanism and Voter Turnout: A Note on Some Unexpected Findings. (1977): 71–78. Disponível em: https://doi.org/10.2307/2110448.

MENDES, A; VENTURI, G. Eleição Presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. Opinião Pública, 2(2), pp. 59-72. 1994.

PEREIRA, F. B.. Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002. Revista de Sociologia e Política, v. 22, n. 50, p. 149–174, abr. 2014.

PODER 360. **Entenda a importância de Minas Gerais nas eleições.** Disponível em: https://www.poder360.com.br/brasil/entenda-a-importancia-de-minas-gerais-nas-eleicoes/ Acesso em 25 de agosto de 2023.

SOARES, Sergei. **O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável?** Revista de Economia Política, vol. 30, nº 3 (119), pp. 364-380, 2010.

SOUZA, G. da S. e; GOMES, E. G.; ALVES, E. Determinantes da concentração da renda rural no Cerrado. 2020.

SILVA, L; SANTOS M. Formação e Desenvolvimento do Triângulo Mineiro: Aspectos econômicos, educacionais e tecnológicos. 2018.

SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L.. **Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição** (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). Opinião Pública, v. 14, n. 2, p. 269–301, nov. 2008.

TELLES, H; STORNI, T. Ideologias, atitudes e decisão de voto em eleitores de direita e de esquerda. Revista Latinoamericana de Opinión Pública. 2013.